COLEÇÃO

PATRIMÔNIO PARA JOVENS

EM BUSCA DA Planaltina PERDIDA

Caderno de apoio



IPHAN

EM BUSCA DA Planaltina PERDIDA

Caderno de apoio

Coleção Patrimônio para Jovens · Terceiro volume





Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Cultura
Margareth Menezes da Purificação Costa

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Presidente
Leandro Antônio Grass Peixoto

Diretores do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Deyvesson Israel Alves Gusmão
Márcia de Figueiredo Lucena Lira
Daniel Borges Sombra

Superintendente do Iphan no Distrito Federal
Thiago Pereira Perpétuo

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Márcia de Figueiredo Lucena Lira

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro

Governador do Distrito Federal
Ibaneis Rocha Barros Junior

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral
Vera Lucia Ribeiro de Barros

Gerência de Educação Ambiental, Patrimonial, Língua Estrangeira e Arte-Educação
Rosana de Araújo Correia

EM BUSCA DA Planaltina PERDIDA

Caderno de apoio

Texto e organização
Vinicius Prado Januzzi
Ana Carolina Lessa Dantas

Coleção Patrimônio para Jovens · Terceiro volume

Brasília
Iphan
2025



Em busca da Planaltina Perdida
Caderno de apoio

Texto e organização
Vinicius Prado Januzzi
Ana Carolina Lessa Dantas
Samara Korb
Vanessa Nascimento Freitas
Juliana Rocha

Revisão técnica e textual
Vinicius Prado Januzzi
Ana Carolina Lessa Dantas
Samara Korb
Vanessa Nascimento Freitas
Juliana Rocha
Wélcio de Toledo
Líbia Rany O. Nascimento

Projeto gráfico e diagramação
Iasmim "Kali" Oliveira Conde

Capa e direção de arte
Iasmim "Kali" Oliveira Conde

Ilustração
Estúdio Grená
Iasmim "Kali" Oliveira Conde
Ruth Sousa de Almeida
Diego de Sousa Tavera Silva

Revisão de diagramação
Érica Cristina Ferreira dos Santos
rnld Nogueira

Instituto do Patrimônio Histórico e artístico nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
iphan-df@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

J35b
Januzzi, Vinicius Prado.
Em busca da Planaltina perdida : caderno de apoio / Vinicius Prado Januzzi e Ana Carolina Lessa Dantas. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
33 p. ; il. color. – (Patrimônio para jovens ; v. 3)

Modo de acesso: https://www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-458-5 – série
ISBN: 978-85-7334-455-4 – v. 3

1. Literatura infanto-juvenil. 2. Educação patrimonial. 3. Brasília. I. Dantas, Ana Carolina Lessa. II. Título. III. Série.

CDD 028.5

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120



Sumário

8 Como foi feito Em busca da Planaltina perdida?

10 Que temas são trazidos no livro?

15 Sobre Planaltina, suas referências e seus conflitos

18 Sobre o patrimônio, a educação patrimonial e as múltiplas dimensões da cultura.

24 Explorando o Patrimônio Cultural de Planaltina: A Educação Patrimonial na SEEDF e o Currículo em Movimento

28 **Algumas atividades sugeridas**

29 Hoje, ontem e amanhã

30 O objeto-referência

31 A mala mágica

32 Cartografia afetiva/social

33 **Anexos**

33 Mapa de Planaltina para impressão

33 Mapa afetivo de Planaltina para impressão

33 Em busca da Planaltina perdida: versão digital do livro



Sendo parada obrigatória
Dos tropeiros e viajantes,
A casa do Mestre d'Armas
Virou pouso de viandantes...
Planaltina abria os braços
Aos seus novos habitantes.

Joésio Menezes – Planaltina em 150 versos

Em busca da Planaltina perdida é uma obra infantojuvenil, de caráter paradidático, organizada pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Terceiro volume da Coleção Patrimônio para Jovens, o livro foi escrito com materiais e conteúdos produzidos por estudantes da rede pública de ensino de Planaltina, a partir da metodologia dos inventários participativos. Com esse empreendimento coletivo, foi possível selecionar, listar e categorizar referências culturais da cidade, bem como trabalhar noções caras ao universo conceitual do patrimônio cultural.

Este Caderno de Apoio procura aprofundar algumas das discussões presentes na obra, oferecendo recursos didáticos e referências complementares que auxiliem profissionais da educação e mediadores de leitura a explorar o universo lúdico do livro e, claro, a cidade de Planaltina.

Os debates e as escolhas pedagógicas contemplados aqui estão relacionados às temáticas da educação patrimonial e do patrimônio cultural. Isto não impede, contudo, que abordagens distintas sejam feitas sobre a obra, contemplando perspectivas interdisciplinares adaptadas ao público leitor e ao momento da mediação de leitura.

O conteúdo deste trabalho está amparado pelas diretrizes do Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, da Portaria Iphan nº. 137/2016, da Portaria DF nº. 265/2016 e do Termo de Cooperação Técnica nº. 01/2020, firmado entre a Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.



Como foi feito Em busca da Planaltina perdida?

Em busca da Planaltina perdida é o resultado de um processo participativo em educação patrimonial. Em 2021, ainda em meio ao isolamento físico decorrente da pandemia da COVID-19, o Iphan e a Secretaria de Educação do Distrito Federal iniciaram a aproximação com escolas da rede pública de ensino de Planaltina e com instituições culturais da cidade. Ao final dessa aproximação, o grupo de discussão contava com 12 técnicos ligados ao patrimônio cultural e com 6 professores(as), vindos de instituições como o Centro de Ensino Fundamental 03, o Centro Educacional Stella dos Cherubins – Anexo UIP, a Escola Classe Mestre d'Armas, a Escola Classe 01, o Complexo Cultural de Planaltina e a Unidade de Educação Básica da Coordenação Regional de Ensino de Planaltina. Ao todo, este grupo reuniu-se 11 vezes, com o objetivo de se familiarizar com ferramentas participativas de aprendizado do patrimônio cultural e, a partir disso, multiplicar as ações educativas com crianças e adolescentes da cidade.

Era esperado que, ao longo de pouco mais de seis meses, fossem listadas e sistematizadas referências culturais de Planaltina, que contassem um pouco mais da história desse espaço e de sua gente. A expectativa foi atingida e, ao final do ano, o grupo formado tinha juntado um conjunto múltiplo de referências, personagens e momentos da história de Planaltina. Foram produzidos diferentes registros desse processo, entre redações, desenhos, poemas, músicas, vídeos e depoimentos orais.

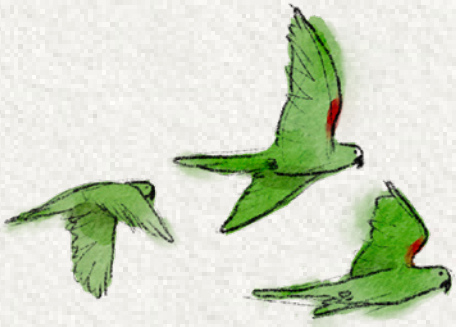
Com esse material em mãos, a Planaltina registrada pelos(as) estudantes começou a ser transformada em livro infantojuvenil. A narrativa de Mateus e Joaquina deveria ser fiel – e esperamos que seja! – a duas premissas muito importantes. Em primeiro lugar, o livro deveria contemplar as discussões que surgiram no processo de levantamento de referências e de reconstrução dessa cidade vivida, pesquisada e imaginada. Em seguida, o livro deveria contar uma história lúdica, se possível engraçada e leve, e que fosse de leitura prazerosa para seu público-alvo. Trabalhamos com a ideia de que, antes de tudo, os livros da Coleção precisam ser atraentes para crianças e adolescentes; o encantamento é o ponto de partida para o aprofundamento pedagógico e teórico.

A narrativa foi escrita por técnicos da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, a partir de ideias e enredos levantados em conjunto com os professores participantes do processo. O texto chegou à sua versão final após um período de devolutivas com técnicos das Secretarias de Educação e de Cultura, bem como com os professores em si.

A partir daí, iniciou-se o processo de ilustração, mais um dos momentos participativos da obra, e que contou com a contribuição de grupos que fizeram parte dessa história desde o começo. A ilustração e a diagramação – que ficaram a cargo das artistas planaltinenses Iasmim Kali, Ruth Souza e Diego Tavera – foram revistas e validadas depois de alguns encontros conjuntos entre os/as participantes. Mateus e Joaquina são os protagonistas dessa história, assim como nos bastidores foram mais de 100 pessoas, entre estudantes, professores(as), técnicos(as), funcionários(as) das unidades escolares, que puderam dar vida aos dois.

As ilustrações do livro incluem produções feitas em sala de aula e em outras atividades pedagógicas, tenham elas sido servido de inspiração a um outro desenho espalhado ao longo das páginas, tenham elas direcionado à busca de mais referências de como retratar o mais fiel e diversamente possível as Planaltinas que cabem na cidade centenária. Necessário dizer que, nesse processo, foram introduzidas produções visuais de artistas locais diretamente na obra, como são os casos de:

- Bloco de carnaval Sem Eira nem Beira com a Orquestra de Frevo Valter Feitosa, composta por alunos e alunas da rede pública de ensino e regida pelo maestro Israel Colonna;
- Dhyego Ataide, tatuador;
- Fábio Pena, grafiteiro e artista visual;
- Guerra do Flow, batalha de rima;
- Iasmim Kali, artista visual, tatuadora, grafiteira e designer;
- Instituto Maria do Barro, em memória da artesã e escultora Maria Augusta Erich de Menezes, a Maria do Barro;
- Isabel Cavalcante, artesã, professora e fundadora da Cia. de Teatro Língua de Trapo, na Sala de recursos de Altas Habilidades;
- João Angelini, artista visual;
- Luiz Felipe Vitelli, poeta e artista visual;
- Raquel Menezes “Kel”, primeira grafiteira de Planaltina;
- Roberto Kalunga, tatuador, escultor e artista visual;
- Rozeli da Costa Ferreira de Aquino, criadora de estandartes da Folia do Divino;
- Severina Gonçalves, artista visual;
- Trupe Por um Fio, grupo de teatro, circo e música.



Que temas são trazidos no livro?

A Planaltina pela qual se aventuram Mateus e Joaquina, com a "ajuda" de Lis, é múltipla. Primeiramente, é múltipla no tempo: presente, passado(s) e futuro fazem parte do universo explorado. É também múltipla em formas de vida: a cidade é o cenário para manifestações artísticas, religiosas, históricas, alimentares e para diferentes encontros entre pessoas, famílias e grupos sociais. Essa multiplicidade é tanto fruto da diversidade da qual a cidade é composta, construída ao longo de seu processo de ocupação, quanto ponto de partida para todas as relações sociais que são produzidas no cotidiano da cidade.

Quando pensamos na expressão "patrimônio cultural", estando em Brasília, é comum ouvirmos a associação imediata com o fato de que vivemos em uma "cidade tombada". Que atire a primeira quem nunca ouviu a frase "Em Brasília, isso não pode ser desse jeito ou daquele porque a cidade é patrimônio da humanidade" ou escutou por aí que "não pode construir naquele lugar porque o Iphan proíbe". Embora as frases não estejam de todo corretas ou erradas, elas chamam a atenção para o fato de que o patrimônio cultural é uma questão política, isto é, uma decisão coletiva sobre o que pode (ou não) ser feito em determinado objeto – seja uma cidade, como Brasília, ou um único prédio, como o Congresso Nacional. E em se tratando de um objeto coletivo, é preciso apontar que sua própria definição enquanto algo que possui um valor cultural é passível de debate.

No Brasil, o começo dessa conversa data do início do século XX, quando se tornou muito recorrente apontar que determinados elementos da nossa história estavam sendo destruídos, derrubados e acabariam perdidos no tempo. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves chama esse movimento de *retórica da perda*. Fazemos esse resgate para atentar para um recorte específico do que vinha sendo tratado como perdido por volta dos anos 20 e 30 do século passado. Quando começa a surgir publicamente esse tipo de discurso, alardeava-se para o perigo de o Brasil ver ruído seu passado como visto em casarões coloniais, igrejas e catedrais, conventos e mosteiros. Tratava-se de um passado bem específico e, de certo, que dizia respeito a uma parcela da população brasileira, ligada especialmente ao processo colonial e à religião católica, e não a toda

ela. Foi esse conjunto de obras que se tornou, via Estado, patrimônio cultural brasileiro e sobre o qual até hoje se estendem inúmeras políticas de preservação e promoção. E não se trata, com isso, de negar a relevância desse patrimônio, mas de, pelo contrário, ponderar que outras histórias sempre podem ser contadas, seja a partir de objetos similares ou da agregação de outros antes não enumerados.

Em 2020, em meio a severas restrições decorrentes da pandemia da COVID-19, uma casa secular foi derrubada no Centro Histórico de Planaltina: o Casarão de Dona Negrinha, considerado por muitos como um exemplar da história centenária da cidade. Seguiram-se muitos protestos que afirmavam o valor do que havia sido posto abaixo e que reivindicavam que a destruição do Casarão era um ataque não apenas à população que hoje vive em Planaltina, mas à memória das pessoas que uma vez já viveram lá – um ataque, portanto, não apenas aos vivos, mas às obras que nos deixaram os que se já se foram. Este é um elemento recorrente no campo do patrimônio cultural; a preservação de bens culturais considerada como uma forma de vermos, lembrarmos e honrarmos o passado e de fazê-lo conhecido pelas novas gerações. Uma forma de prolongar o tempo por meio das coisas. E não somente das coisas, vale a pena ressaltar. Afinal, quando procuramos manter tradições como festas religiosas, cerimônias privadas sazonais – como a ceia de Natal – ou algumas formas de se expressar – o forró ou o repente, por exemplo –, procuramos manter uma determinada forma de viver a vida, como a viveram nossos antepassados, sabendo que, em maior ou menor medida, ela também será modificada e atualizada.

O Casarão de Dona Negrinha é um marco também porque singulariza, segundo se apontou à época, a necessidade de preservar a cidade histórica, a cidade que foi construída nos séculos XVIII e XIX, da especulação imobiliária e da descaracterização. O problema não seria apenas derrubar o casarão; seriam os motivos subjacentes a essa decisão, como a possibilidade de que o terreno pudesse ser utilizado para construções "mais modernas" ou para abrigar espaços comerciais. Um ponto a ser debatido, e que pode surgir do livro, não é exatamente decidir sobre quais são os discursos e os argumentos mais ou menos válidos – sabendo-se, claro, que isso é também possível. Entre as considerações possíveis, pode-se tentar rastrear as muitas Planaltinas contidas naquele casarão: a construída nos últimos séculos, a que é fruto de disputas sobre o desenvolvimento urbano, a que não deve ser perdida em prol de algo "novo", aquela que deve ser preservada para os mais novos. Quais os significados, portanto, da destruição do casarão? O que foi perdido? Por quê não deveria ter sido? Que Planaltina era aquela quando o casarão foi feito? E o que daquela época não deve ser mantido hoje?

Essa última pergunta é aberta por quase todos os elementos trazidos na narrativa do livro. Se, afinal, estamos falando de valores culturais, de edificações e manifesta-



ções construídas em determinado momento, estamos também falando das pessoas que as fizeram e também do período em que elas viveram. Daí ser possível, tendo a Igreja de São Sebastião como destaque, falar, por exemplo, do processo migratório no qual a ocupação de Planaltina se inscreve – a busca de jazidas mineiras, a expansão de fronteiras agrícolas, o estabelecimento de entrepostos comerciais, a fundação de filiais religiosas, etc. E, claro, da predominância do catolicismo como base de organização da sociedade brasileira de determinado momento. A localização atual da Igreja na Planaltina pode ser, ainda, referência para se pensar a sociabilidade do período em que foi edificada. O que era necessário, à época, para se chegar até a Igreja? De onde e como se deslocava? Quem eram as pessoas que iam à Igreja? Todos os adeptos do catolicismo viviam igualmente sua fé? Que festas a região da Igreja abrigava em sua praça? E o que acontecia, naquele momento, que hoje já não ocorre mais?

Assim, é possível ponderar as relações desiguais entre cidade e campo, entre seus moradores, e mesmo sobre meios de transporte então utilizados e atualmente em desuso. E se pensamos em deslocamentos e sobre em que lugares as pessoas viviam, podemos levar nossas reflexões adiante, com base, a título de exemplo, no acesso à escola e aos equipamentos públicos, no geral. A personagem Joaquina é uma moradora do campo, onde vive com seus familiares, e não estuda regularmente, tanto por vir de uma família sem condições financeiras que a habilitariam para uma matrícula quanto pela distância de sua moradia em relação ao centro urbano. Falar de acesso e de proximidade é algo que envolve, portanto, algo mais do que simplesmente o cálculo da distância em quilômetros ou dos veículos que se usa para tal; a distância entre determinados lugares é também influenciada pelos grupos dos quais se faz parte, pela renda familiar e pelas condições de infraestrutura de uma dada localidade.

No livro, a problematização sobre as desigualdades que atravessam nossas relações sociais é um dos fios condutores da narrativa de Joaquina e Mateus. Joaquina alardeia para seu novo amigo o quanto a experiência de ser mulher é distinta daquela com a qual ele está acostumado – a vida de Lis é outro sinal de como os encontros, contatos e dificuldades que vivemos podem não ser as mesmas que viveremos futuramente. Mateus fica não somente impressionado ao se dar conta dessas questões, como também ao ver, na prática, como o processo de escravização era cruel. A formação de nossas cida-

des e a de nosso patrimônio cultural foram, de modos inequívocos, atravessadas pelo longo processo de aprisionamento de pessoas de origem indígena e africana e pelo racismo que persistiu para além do fim legal da escravidão no Brasil. Reconhecer esse aspecto é algo obrigatório para compreender as múltiplas camadas de significado de nossas referências culturais, encarando o processo de sua construção de frente. Como compreender – e, se for o caso, ressignificar – elementos da nossa história que fazem referência a experiências dolorosas, como a escravidão? Quais os elementos comuns entre as sociedades de Joaquina e de Mateus no que diz respeito à população negra? E o que mudou?

Outro elemento que atravessa toda a narrativa da obra, embora nem sempre de forma explícita, é o Cerrado. Segundo maior bioma do Brasil, ele desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade e na redução dos impactos das mudanças climáticas. Para além disso, ele é também o cenário que permitiu todo o povoamento e o desenvolvimento humano no Planalto Central. Os registros arqueológicos encontrados em Goiás e no Distrito Federal demonstram que a ocupação desta área data de, pelo menos, 11 mil anos atrás. Já no século XIX, os cursos d'água, a fauna e a flora dessa região possibilitaram as incursões que deram origem ao Arraial Mestre D'Armas. Neste sentido, estimulamos que os estudantes reflitam sobre as relações históricas e sociais associadas ao patrimônio natural. Qual a importância do Cerrado para as nossas vidas? E para Planaltina? Por quais mudanças a paisagem de Planaltina e do Distrito Federal passaram nos últimos (10, 100, 200...) anos? E quais parecem ser as mudanças que vieram para ficar? E quais queremos, como sociedade, evitar?

Por fim, chamamos a atenção para as possibilidades de trabalho desde o título da obra. Para os(as) leitores(as), quais as diferentes Planaltinas que foram perdidas por Joaquina, por Mateus e por Lis? De quais Planaltinas nos lembraremos com orgulho? Quais as referências culturais e quais os valores, ademais, que não queremos que sejam vividos pelas novas gerações?

Para aprofundar a discussão:

Série Memória Viva: Eco-história do Planalto Central. Instituto Latinoamerica.

Livro **Retórica da Perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJj/Iphan, 1996.

Artigo Um Olhar Na História: A Mulher Na Escola (Brasil: 1549 – 1910), de Maria Inês Sucupira Stamatto. História e Memória da Educação Brasileira, 2002.

Artigo Repensando Identidades: Possibilidades de uma Historiografia do Negro em Goiás, de Murilo Borges Silva. II Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em História UFG/UCG, set. 2009.

Artigo De Mestre d'Armas a Planaltina: Reflexão histórico-crítica sobre a fundação da cidade, de Elias Manoel da Silva. Portal Cerratense, 2016.

Artigo Planaltina e suas narrativas: cultura, memória e patrimônio em publicações locais desde o Século XX, de Pedro Paulo Palazzo.

Site Eu Amo Cerrado. Organização do Instituto Brasília Ambiental.

Livro **Cerrado: Bioma Torto?**, de Nurit Bensusan. Brasília: IEB Mil Folhas, 2016.

Livro Arqueologia e os primeiros habitantes do Distrito Federal, de Margareth de Lourdes Sousa. Brasília: Iphan, 2019.





Sobre Planaltina, suas referências e seus conflitos

Planaltina é a cidade mais antiga do Distrito Federal. Sua ocupação territorial antecede, em pelo menos um século, a inauguração da nova capital federal, em 1960. A origem de seu núcleo urbano está relacionada às migrações em torno da exploração de minérios em solo goiano e à formação de pequenos núcleos comerciais de abastecimento ao setor agropecuário de pequena escala. Planaltina já foi Arraial Mestre D'Armas, quando dos seus primeiros anos, em meados do século XIX, e Altamir, no início do século XX, antes de receber o nome pelo qual é hoje conhecida.

Planaltina está, logo, vinculada a dois momentos bem distintos da história de formação do Brasil. Um, relativo ao Brasil enquanto colônia e império administrados segundo uma lógica senhorial e monárquica, com boa parte de sua economia sustentada no tráfico de pessoas escravizadas e de ampliação de fronteiras territoriais com base na destruição de biomas e de comunidades de menor escala anteriormente estabelecidas – em especial, povos indígenas ou pequenas comunidades rurais. Outro, de modernização do território nacional, com a tentativa de construção de uma identidade nacional, de deslocamento do eixo de produção econômica agrícola e igualmente marcado pela exploração desenfreada das desigualdades sociais como motor de expansão produtiva. Seus bens culturais, oficialmente reconhecidos ou não, guardam muito desse processo histórico e das muitas contradições e interpretações associadas a ele.

A Pedra Fundamental marca esse segundo momento, de chegada do moderno ao interior do território, por ser Planaltina um dos lugares de passagem das Comissões Exploradoras instaladas pelo governo monárquico para viabilizar a mudança da sede do governo do Rio de Janeiro para o Planalto Central, em especial a Comissão Cruls. O Centro Histórico da cidade, por sua vez, é um marco do processo de ocupação colonial, com casarões que, hoje, abrigam instituições públicas ou residências. A presença da Igreja de São Sebastião evidencia a relação de Planaltina com referências religiosas do catolicismo, como a Festa do Divino Espírito Santo e as celebrações da Via Sacra. O Vale do Amanhecer é também uma referência religiosa, mas com forte influência afrobrasileira e indígena – visível em seus elementos arquitetônicos, nas indumentárias e na fala de seus adeptos.



Esse conjunto de referências é fruto, até hoje, de disputas em torno de como representar simbolicamente a cidade: Planaltina é um território secular, de raízes goianas, com todas as características decorrentes desse marco? Ou está muito mais ligada ao modernismo e à história de Brasília? Se, em tese, essas visões são complementares, a ênfase sobre determinados aspectos da história, em detrimento de outros, é um exemplo de como as referências culturais e o patrimônio cultural são objetos múltiplos, em transformação e em disputa, que não dizem respeito apenas a como se observa o passado, mas também a que tipo de narrativas se quer destacar para o futuro de uma comunidade. Em resumo, a escolha do que falar de Planaltina é, em primeira instância, uma seleção de como falar sobre a cidade e sobre sua história.

Longe de tentar apagar as arestas entre referências culturais ou entre momentos históricos aparentemente conflitantes, estimulamos leitores, professores e mediadores de leitura a se debruçarem atentamente sobre elas. Os conflitos fazem parte do campo do patrimônio cultural, e reconhecê-los é uma etapa intransponível para a construção de consensos. Mais do que isso, eles falam muito sobre nossa história, e sempre podemos perguntar sobre que conflitos (e que consensos) moldaram nossas cidades.

Os conflitos, resumidamente, existem, quer se fale sobre eles ou não. E Planaltina, como qualquer conjunto urbano, é atravessado por muitos deles. Falar sobre a derrubada do Casarão de Dona Negrinha é necessário e desejável porque pode revelar as diferentes cidades que podem ser Planaltina. É igualmente mandatório que a escravidão, e seus males, seja um tópico de debate; o racismo estrutural existe e negá-lo enquanto um problema social é, de muitas formas, relativizar seus efeitos entre nós. Tudo isso cabe em uma narrativa é direcionada para estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental – o problema das desigualdades e das violências pode, respeitadas as características do público com quem se está lidando, ser sempre um assunto para conversa.

Em salas de aula ou espaços de mediação de leitura, estes debates podem ser estimulados a partir de algumas questões:

- Que conflitos estão presentes no livro?
- Em que momentos históricos esses conflitos acontecem?
- Como podemos agir sobre os conflitos do passado? E sobre os do presente?

As questões e as referências levantadas pelo livro não são, certamente, exaustivas. Enquanto a cidade existir e se transformar, novos conflitos e perspectivas vão, felizmente, surgir.

Materiais para fortalecer o debate:

Série Minha Planaltina. Programa de Extensão Comunicação Comunitária da Universidade de Brasília (ComCom/UnB).

Série Planaltina: recortes e memórias. Associação de Amigos do Centro Histórico de Planaltina.

Série Planaltina: recortes e memórias. Episódio 3 – Religiosidade. Associação de Amigos do Centro Histórico de Planaltina.

Inventário Nacional de Referências Culturais do Vale do Amanhecer. Iphan.

Mapeamento dos Patrimônios Culturais de Planaltina. Associação de Amigos do Centro Histórico de Planaltina.





Sobre o patrimônio, a educação patrimonial e as múltiplas dimensões da cultura.

O livro **Em busca da Planaltina perdida** é o terceiro volume da Coleção Patrimônio para Jovens, criada com o objetivo de proporcionar ao público infantojuvenil conteúdos sobre o patrimônio cultural e a educação patrimonial.

O patrimônio cultural é, por princípio, um conjunto de referências culturais coletivas. São as manifestações artísticas, os lugares, as construções, os espaços que são selecionados, pela comunidade e pela coletividade, como parte de um todo maior e significativo. O patrimônio cultural, aliás, não é aquilo que o Iphan ou outras instituições governamentais de cultura dizem ser, mas é muito mais, porque é parte constitutiva da sociedade brasileira. A Constituição, em seu artigo 216, é precisa nesse ponto:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (CF 1988, art. 216, caput).

Por muito tempo, no entanto, o Estado brasileiro considerou como patrimônio cultural principalmente os bens de natureza material – as construções, os conjuntos urbanos históricos, peças artísticas, etc. Atualmente, já em uma perspectiva crítica, chamamos este período (que vai da criação do Iphan, em 1937, até o final dos anos 1990) de política da pedra e cal.

A partir de discussões internas ao órgão e de debates com os organismos internacionais – por exemplo, com a União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) –, esse leque foi aumentando e, atualmente, já se trabalham as múltiplas dimensões, igualmente importantes, do patrimônio cultural: imaterial, arqueológica e natural. O objetivo constitucional do Iphan, aliás, é trabalhá-las de modo integrado e isso tem um princípio óbvio (por mais que muitas vezes isso passe despercebido): é assim que ele surge socialmente, é assim com que a sociedade trabalha com os patrimônios no cotidiano. E não estamos, naturalmente, falando somente do Brasil, mas de

todo o mundo. Essa transformação do conceito e do trabalho em torno do patrimônio cultural é um dos tópicos abordados no Curso Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente no Distrito Federal, oferecido pelo Iphan e pela Secretaria de Educação e disponibilizado em versão digital.

A depender do contexto, é natural que surjam dúvidas ou tensões relacionadas ao que "merece" ou não ser alçado ao patamar de patrimônio cultural. Dado o histórico das políticas patrimoniais no Brasil, não é incomum que este seja compreendido como sinônimo de "prédio" ou, até, de "igreja antiga". Caso essas questões apareçam em sala de aula, pode-se aproveitar a oportunidade para iniciar um debate sobre o processo de reconhecimento e de legitimação das diferentes expressões artísticas e culturais do país (e até, quem sabe, sobre o processo de colonização do Brasil).

Além disso, algo certamente instigante a ser trabalhado é o fato de que, antes de Brasília ser a capital do Brasil e receber milhares de turistas de todo o país, havia pessoas morando por aqui, com registros reconhecidos dessa ocupação. É o caso dos sítios arqueológicos históricos, como o da Fazenda Guariroba, ou de sítios de uma história mais antiga, de povos caçadores-coletores. O território onde se encontra o Distrito Federal não tem apenas 60 anos, e a maior prova está no próprio Cerrado, bioma dos mais complexos, cuja preservação impõe não somente desafios institucionais, mas a adesão da sociedade. Planaltina tem uma trajetória de fundação e desenvolvimento independentes do que veio depois a ser o futuro território da nova capital. Esse território antigo, sempre povoado por diferentes grupos, com diferentes práticas coletivas, pode ser objeto de um bate-papo ou fomentar a realização de atividades reflexivas (lúdicas ou não). É nele, a propósito, que as referências culturais que hoje conhecemos sobre a cidade foram produzidas e transmitidas – muitas vezes, apenas de forma oral, de família para família, cujos relatos podem ser, inclusive, estimulados a serem trazidos para a sala de aula.

A transmissão das trajetórias e das percepções pessoais não precisam ser veiculadas apenas de forma oral, contudo. Registros escritos e visuais são muito valiosos para a reconstituição da história da cidade e para compreender como ela chegou a ser o que é. Registros como esse constituem, em primeiro lugar, a própria fundação de **Em busca da Planaltina perdida**. A obra foi elaborada a partir de um processo que norteia várias das ações de educação patrimonial no Distrito Federal: os inventários participativos.

Inventários participativos são uma ferramenta, ou melhor, um conjunto de ferramentas desenvolvidas para o levantamento coletivo de bens e de referências culturais por uma determinada comunidade. O seu uso objetiva, por meio de processos de mediação, mobilizar e sensibilizar as comunidades para as relações desenvolvidas com os seus patrimônios culturais – não necessariamente com aqueles apontados formalmente



pelo Iphan ou pelo Governo do Distrito Federal, mas com aqueles que despertam a memória, o sentimento de pertencimento e o afeto da coletividade. O patrimônio cultural deixa de ser, segundo esse sentido, uma definição dada pelo Estado, mas aquele múltiplo, cujos significados surgem da e em comunidade, e cuja vinculação a políticas públicas se faz com participação social.

Neste sentido, as instituições ou as pessoas (técnicos, educadores, mediadores de leitura etc.) que assumem funções de mediação devem:

> [...] mais do que propriamente determinar valores a priori, criar espaços de aprendizagem e interação que facultem a mobilização e a reflexão dos grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Sua função primordial é mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre se pautando pelo respeito à diversidade sociocultural. A Educação Patrimonial tem, desse modo, um papel decisivo no processo de valorização e de preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam a "promoção" e a "difusão" de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural (FLORÊNCIO, ALMEIDA, PETERS, 2022, p. 46, grifos nossos).

Em busca da Planaltina perdida é resultado de um processo de educação patrimonial como esse. Envolvendo estudantes, professores, gestores, técnicos e agentes culturais, foram escolhidas referências representativas da história da cidade e do presente que vêm sendo construídas pela atual geração de moradores e moradoras. Os patrimônios culturais enumerados no livro não constituem, contudo, os únicos representativos da cidade. Eles são um retrato feito por um grupo de pessoas, num determinado momento. Essa atividade de seleção e de representação – um inventário participativo – pode ser repetida indefinidamente, cada vez com um resultado possivelmente diferente. Os inventários participativos, necessário dizer, podem "retratar" uma comunidade ou um território de diversas formas: por meio de uma lista escrita, através de desenhos e fotos, com uma coleção de itens, em relatos orais e por aí vai! Se o Iphan não é mais a instituição que define o que é patrimônio cultural, sem que a sociedade seja devidamente escutada, igualmente não deve dizer o que é ou não um inventário participativo.



Uma forma de se acessar diferentes concepções e escolhas sobre o patrimônio cultural, e que foi feita durante no inventário participativo de Planaltina, é propor aos estudantes que perguntem a familiares e a responsáveis sobre suas trajetórias na cidade e sobre quais lugares, manifestações, comidas, festas e pessoas consideram como as mais importantes. Podem ser feitos poemas, redações, desenhos, cartas, entrevistas, um sem-fim de materiais cuja reunião e categorização geram um retrato da complexidade local.

Os estudantes podem ser estimulados a produzir este tipo de conteúdo, de modo a retratar as múltiplas percepções que têm sobre a cidade – e que, por sua vez, serão registros para o futuro. Algumas perguntas podem dar início a essa discussão, por exemplo:

- Como você teve acesso à história de Planaltina (a partir de que fontes)? Como você gostaria que tal história fosse contada daqui a 10 anos?
- Se você pudesse viajar pelo tempo em Planaltina, para qual época gostaria de ir? E quem gostaria de encontrar? O que gostaria de fazer?

O mais importante é que, ao olhar para o resultado do processo – no nosso caso, o livro! –, a comunidade possa se sentir representada e refletir sobre o valor dos seus bens culturais. Nem todo mundo vai concordar com a inclusão (e a exclusão) de determinadas referências, mas o conjunto delas representará alguns dos sentidos e significados de se viver em Planaltina.

Diferentes perguntas podem ser usadas para iniciar a conversa sobre os inventários. Durante o processo de elaboração do livro **Em busca da Planaltina perdida,** por exemplo, os estudantes foram questionados:

- Se você tivesse que passear com um turista por sua cidade, a que lugares você o levaria?;
- Como você contaria para uma pessoa de fora o que é Planaltina?;
- Se você pudesse guardar coisas de Planaltina (memórias, lugares, paisagens, etc.) o que você guardaria?

A partir destes questionamentos, foi/é possível trabalhar ideias associadas a valor (por que gostamos do que gostamos?) e de seleção (por que priorizamos essas escolhas em detrimento de outras?).

Embora organizado em fichas (vide Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação), estimula-se que a aplicação dos inventários seja adaptada e reformulada para o modo que melhor se adequar aos contextos e às necessidades da comunidade inventariante. Dessa forma, os registros podem ser feitos em forma de áudio, vídeo, fotografia, desenhos, etc.

O fundamental, aqui, é que os processos e os resultados sejam compartilhados por todos, para que as diferentes visões possam ser agregadas ao debate.

Mas a educação patrimonial, a bem da verdade, não se resume aos inventários. O Iphan entende a Educação Patrimonial como o conjunto de processos educativos, formais ou não, que têm como objeto o patrimônio cultural socialmente apropriado. Em outras palavras, o patrimônio cultural como aquilo que vem da comunidade, que é produzido e significado pelas pessoas, pelas famílias ou pelos grupos a partir daquilo que é considerado mais relevante. Este entendimento foi formalmente trazido pela Portaria n. 137, publicada pelo Iphan em 2016, após debates com a sociedade civil e contribuições vindas de diferentes grupos sociais – detentores do patrimônio, técnicos da cultura, gestores públicos, etc.

Uma conversa breve sobre patrimônio cultural, em torno de seus objetos, dos assuntos que o cercam, sobre o nosso passado, já pode ser uma atividade de educação patrimonial. Uma palestra ou uma apresentação sobre algum bem, material ou imaterial, uma conversa com mestres da cultura popular, uma roda de capoeira em alguma praça ou rua: todas são ações que, de diferentes formas, constituem diferentes eixos desses processos educativos como atualmente concebidos pelo Iphan. Uma premissa relevante, quanto a isso, é que, em sua maioria, essas ações precisam considerar as pessoas como produtoras e conhecedoras de suas próprias referências culturais, sendo o patrimônio aí menos uma questão de um saber detido por alguns especialistas e mais um fenômeno que é parte da vida das pessoas – o patrimônio é uma das instâncias nas quais são formadas as identidades, construídas as memórias e formados os valores coletivos e individuais.

Alguns materiais que podem ser úteis:

Sônia Regina Rampim Florêncio; Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida; Paulo Moura Peters. Educação Patrimonial e Inventários Participativos. In: Educação Patrimonial, Diversidade e Meio Ambiente no Distrito Federal, de Vinicius Prado Januzzi et al. Brasília: Iphan, 2022. p. 37-54.

Artigo Desafios para uma nova educação patrimonial, de Simone Scifoni. Revista Teias, v. 18, n. 48, 2017.

Livro Educação Patrimonial: história, conceitos e processos, de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Iphan, 2014.

Livro Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Texto de Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília: Iphan, 2016.

Livro Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados, de Euder Barreto et al (org.). Goiânia: ___, 2008.

Filme Narradores de Javé, de Eliane Caffé, lançado em 2004. 100 min.

Museu da Pessoa e suas metodologias de registro da memória.

Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

Carta de Fortaleza, documento elaborado durante o Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, de 1997.

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Paris: UNESCO, 1972.

Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris: UNESCO, 2003.

Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural.

Livro Arqueologia e os primeiros habitantes do Distrito Federal. Texto de Margareth Lourdes Souza, Brasília: Iphan, 2019.

Jogo Trilha Cultural (para smartphone), Instituto Arte na Escola, 2016.

Playlist Bens Registrados como Patrimônio Imaterial, organizada pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan.





Explorando o Patrimônio Cultural de Planaltina: A Educação Patrimonial na SEEDF e o Currículo em Movimento

Desde 2016, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal vem desenvolvendo e fomentando a Política de Educação Patrimonial, regulamentada por meio da Portaria nº 265, de 16 de agosto de 2016, como uma dimensão fundamental da educação e de seus processos de ensino e aprendizagem a ser trabalhada de forma transversal e interdisciplinar. As ações pedagógicas realizadas nessa dimensão buscam articular os componentes curriculares, incluindo os conteúdos e os objetivos, com a vivência dos estudantes e dos professores em seus lugares e suas referências culturais.

Um dos desafios dos processos da educação por meio do patrimônio cultural é fortalecer, nos conteúdos escolares, os sentidos e os significados fundamentais da vida cotidiana. A partir da construção dessas relações, espera-se que os estudantes possam ser capazes de desenvolver reflexões críticas sobre si e sobre o mundo e ter uma atitude propositiva para o desenvolvimento de uma sociedade sonhada. Por isso, a aliança entre a Educação Patrimonial e o Currículo em Movimento do Distrito Federal é, sobretudo, o reconhecimento de que os saberes escolares e os conhecimentos tácitos se cruzam e se complementam.

Foi pensando nisso que o novo volume da Coleção Patrimônio para Jovens foi constituído. O livro **Em busca da Planaltina perdida** propõe uma narrativa que permite discussões vastas e interdisciplinares sobre o tempo e o espaço a partir de referências culturais que compõem o patrimônio da cidade. Inspirados pelo encontro entre referências seculares e contemporâneas de Planaltina, os/as professores/as têm a oportunidade de construir ações pedagógicas que estão ao alcance da realidade local e vivida pelos/as estudantes com projeções para o futuro. Afinal, que Planaltina gostaríamos de encontrar no porvir?

Em busca da Planaltina perdida está alinhado aos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica, pode ser utilizado em todas as etapas e modalidades de ensino. O texto possibilita a ampliação do espaço, tempo e oportunidades educacionais, que busca atender às novas demandas dos estudantes no sentido

de repensar as práticas pedagógicas a partir de outras relações como o espaço-tempo escolar. Qual a relação dos estudantes com a cidade?

É importante lembrar que, atualmente, busca-se constituir um currículo mais reflexivo e menos normativo e prescritivo, com saberes mobilizados pela interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, construído em diálogo da escola com a comunidade. Rompe-se, desta maneira, a lógica formal da educação restrita aos muros escolares e entende-se a necessidade de compreender a territorialidade dos estudantes. Quais são os lugares, os eventos e as referências culturais de Planaltina que podem entrar no seu planejamento de aula?

Como podemos construir ou ampliar o espaço escolar por meio de um currículo integrado que promova a indissociabilidade entre teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade? Essa é uma questão fundamental para a integração entre as áreas do conhecimento e contribui para uma aprendizagem menos fragmentada na escola. O Currículo em Movimento tem como eixos transversais: a Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos; e a Educação para a Sustentabilidade. Todos esses pilares podem ser trabalhados a partir do livro, tendo em mente que tais pressupostos fazem muito mais sentido se são colocados a serviço da justiça social, da democratização do conhecimento, da emancipação e da humanização dos seres humanos e, também, da resolução de problemas e da transformação social.

É no 4º ano do Ensino Fundamental que se trabalha mais especificamente o Distrito Federal em seus diferentes componentes curriculares. Por isso, o livro coincide com as discussões previstas nos conteúdos e objetivos indicados no Currículo. Além disso, essa publicação agrega um rico aporte para trabalhar a partir de outras perspectivas, desde a leitura, análise e produção de texto, até a criação e interpretação de personagens de filmes, livros, contos, desenhos animados, peças infantis, entre outros, apenas para citar alguns exemplos.

De uma forma geral, destacando a cidade como referência, é recorrente que, nos objetivos e conteúdos do Currículo, haja menção aos termos: processo de ocupação e transformação do meio ambiente, espaços de memória, cultura, lazer, turismo e patrimônio, artistas locais, arte, produções visuais, dança, teatro, música, monumentos, diversidade e pluralidade cultural, linguagens, identidade, brincadeiras e jogos populares, tradições religiosas e culturais, resistências, produções individuais e coletivas, símbolos, sistema administrativo, população, campo e cidade, cidadania, biodiversidade, atividades econômicas, qualidade de vida, sustentabilidade, imagens cotidianas, entre outros. Todos esses termos possuem, em si, a potencialidade de serem trabalhados pedagogicamente a partir do livro, a fim de despertar o sentimento de pertencimento e a apropriação do patrimônio cultural e ambiental no contexto de Planaltina.

Inspirados pelos apontamentos acima e considerando a Política de Educação Patrimonial da SEEDF, sugere-se aos professores e professoras em suas intervenções pedagógicas:

- Identificar, conhecer, inventariar e valorizar o patrimônio cultural de Planaltina;
- Analisar mudanças e permanências ocorridas na cidade;
- Desenvolver atividades pedagógicas que fortaleçam o sentimento de pertencimento e apropriação dos espaços em que vivem;
- Favorecer o enriquecimento de vocabulário e repertório cultural local;
- Respeitar e preservar as diferentes culturas e manifestações culturais;
- Propiciar a construção de memórias locais, a partir de ações pedagógicas desenvolvidas pelos estudantes;
- Promover a preservação e a conservação do patrimônio;
- Problematizar razões culturais, sociais e políticas, despertando o senso crítico dos estudantes a respeito das questões patrimoniais.

Esperamos que a Educação Patrimonial possa ser, em sua prática diária, um instrumento importante para valorizar e resgatar as peculiaridades históricas e culturais da comunidade escolar de Planaltina, a fim de corroborar para a construção da noção de bem comum, em outros espaços e tempos, além do Plano Piloto.



Alguns materiais que podem ser úteis:

Artigo A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal, de Cláudia da Conceição Garcia et al. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 100-112, mar. 2020. ISSN 2359-2494.

Artigo Educação Patrimonial: Perspectivas e ações no âmbito das Políticas Públicas da Secretaria de Educação do Distrito Federal, de Rodrigo Capelle Suess e Raquel Sá Rodrigues de Souza... Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 88-99, mar. 2020.

Artigo Formas de proteção do patrimônio cultural do Distrito Federal, de Rayane Cristina Chagas. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 121-127, mar. 2020.

Artigo Patrimônios e pertencimentos: A Educação Patrimonial como instrumento de democratização cultural, de Karolline Pacheco Santos. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 22-27, mar. 2020.

Artigo Projeto Territórios Culturais: Educação Patrimonial e Museal no Distrito Federal, de Vanessa Nascimento Freitas e Luís Fernando Celestino da Costa. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 36-44, mar. 2020.

Artigo **O Ensino de História e Geografia no DF**: Percalços e Percursos de uma única história chamada Brasília, de Cristina Maria Costa Leite e Renísia Cristina Garcia Filice. Revista História e Diversidade, v. 6, n. 1, p. 64-76, 2015.

Atlas Escolar Geográfico, Histórico e Cultural do Distrito Federal, de Míriam Aparecida Bueno, Vânia Lucia Costa e Cristina Maria Costa Leite. Brasília: C&A Alfa Comunicação, 2019.

Portaria Nº 265, de 16 de agosto de 2016. Institui a Política de Educação Patrimonial da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília: DODF,2016.

Currículo em movimento do Distrito Federal: Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais. Brasília: SEEDF, 2018.

Livro **Currículo, Território em Disputa**, de Miguel Arroyo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.



Algumas atividades sugeridas

- Hoje, ontem e amanhã (p. 29)
- O objeto-referência (p. 30)
- A mala mágica (p. 31)
- Cartografia afetiva/social (p. 32)



Hoje, ontem e amanhã

Descrição

Apresentar aos estudantes a série de obras Brasília Retrofuturista, do artista Thiago Freitas. Questioná-los sobre o que eles entendem a partir do termo "retrofuturismo", provocando-os a pensar em associações imaginativas entre elementos do passado, do presente e do futuro.

Com a turma dividida em grupos (idealmente, de até 6 pessoas cada), propor aos estudantes que representem uma referência cultural de Planaltina, que pode ser material ou imaterial, a partir de uma perspectiva retrofuturista. A representação pode ser feita a partir de desenhos, colagens ou, até, montagens digitais.

Após a realização da atividade em grupos, as representações podem ser dispostas ao redor de um círculo, visíveis a todos(as). Nesse momento, pedir que cada grupo apresente a referência cultural escolhida e a leitura retrofuturista feita a partir dela.

Provocar o grupo a comentar sobre as escolhas de cada um dos elementos que compõem a obra e estimular participantes de outros grupos a comentá-los. Refletir coletivamente sobre como vemos a cidade hoje e sobre como podemos (e queremos) imaginá-la no futuro.

Se possível, os produtos dos grupos podem ser compartilhados com toda a unidade escolar ou mesmo dispostos nas paredes da sala de aula, para que fiquem expostos durante um tempo, permitindo a continuidade do exercício reflexivo.

Quando usar

A ideia é usar a narrativa do livro como mote para um exercício imaginativo coletivo, com o objetivo de pensar as diferentes referências que constituíram e constituirão Planaltina, realçando a diversidade que a caracteriza. Também pode ser utilizada para trabalhar a noção de que o patrimônio cultural não é associado somente às coisas do passado, mas diz respeito ao tempo em que vivemos e ao que queremos viver no futuro.

Recursos

Cartolina, papel colorido, jornais e revistas (para recorte), giz de cera, tesouras, canetas, marcador para quadro branco (várias cores).

Tempo

1h30, com parte maior do tempo (40 a 50 minutos) reservada à atividade de produção do retrato do lugar.



O objeto-referência

Descrição

Pedir aos(às) participantes que escolham, previamente, objetos que contem sua história ou a história de sua família. Cada um(a) deve escolher apenas um. Em grupo, em roda, os(as) estudantes devem compartilhar a história de seu objeto e o porquê da escolha. Estimula-se que o(a) próprio(a) professor(a) também traga um objeto e o compartilhe com sua turma.

Quando usar

A atividade tem o propósito de evidenciar que objetos carregam história – individual e coletiva. O objetivo é fazer a comparação entre os objetos trazidos e outros que podem ser elencados como sendo da comunidade.

Tempo

50-60 minutos.





A mala mágica

Descrição

Sugerir um exercício de imaginação em que os(as) estudantes estão de mudança de Planaltina para outro lugar. Para o lugar de destino, todos(as) têm o direito de levar consigo, numa mala mágica, cinco elementos da cidade. Pedir que todos descrevam seus elementos, justificando a escolha feita. Se for possível, tanto a mala como os elementos podem ser desenhados, pintados ou descritos em textos, em espaço visível a todo o grupo.

Quando usar

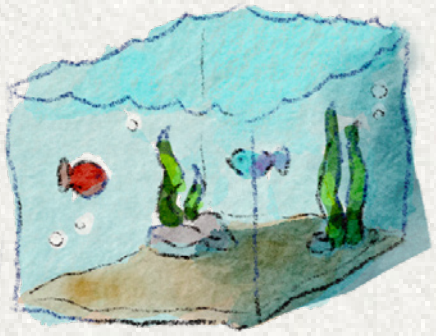
A proposta permite que se trabalhe a ideia de que carregamos conosco nossas referências culturais (mesmo que não tenhamos malas mágicas). Também é possível utilizá-la para debater a noção de seleção/escolha daquilo que se pretende patrimonializar.

Recursos

Quadro branco e pincel, computador e projetor, ou cartolinas e cards coloridos.

Tempo

1h-1h30



Cartografia afetiva/social

Descrição

Com toda a turma ou em grupos menores, apresentar a proposta de construir um mapa coletivo. Deixar claro que a ideia é trabalhar referências comuns, e não tentar reproduzir um mapa técnico, em escala cartográfica. Ao final, pedir ao grupo que apresente o resultado do trabalho, explicando as razões pelas quais determinados pontos e lugares foram marcados.

Ao final deste caderno (Anexo 1), está disponível um mapa simplificado com o perímetro de Planaltina, que pode auxiliar os trabalhos em sala.

Quando usar

A cartografia afetiva/social é um procedimento metodológico participativo que visa a construção de mapas levando em consideração as múltiplas dimensões, coletiva e participativa, necessárias para a produção do conhecimento presente no território. É um tipo de atividade que propicia o empoderamento do conhecimento territorial por parte dos participantes, além de levantar percepções únicas apresentando as necessidades e potencialidades do território representado.

Recursos

Mapa de Planaltina, cartolinas (com marcação do perímetro do local a ser cartografado), canetas e lápis de cor para todos.

Tempo

A ser definido pelo grupo.

Anexos

Anexo 1

Mapa de Planaltina para impressão

Anexo 2

Mapa afetivo de Planaltina para impressão (pp. 34-35)
(link para o mapa versão folder)
(link para o mapa versao cartaz)

Anexo 3

Em busca da Planaltina perdida: versão digital do livro



Quer conhecer a nova coleção do Museu Histórico e Artístico de Planaltina, que guarda todas as obras de arte produzidas no mundo? Ficou curioso para descobrir como funciona a base de lançamento de foguetes do Morro da Capelinha?

Confira no mapa os pontos de embarque que disponibilizam óculos de transporte intertemporal e trajes de não interferência em Planaltina/DF. Disponíveis em todos os tamanhos!

1. Estação Ecológica Águas Emendadas
2. Universidade de Brasília, campus Planaltina (FUP)
3. Parque Sucupira
4. Festa da uva
5. Museu Histórico e Artístico de Planaltina e Praça do Museu (Praça Salviano Monteiro)
6. Igreja São Sebastião (Igrejinha)
7. Mini teatro Lieta de Ló
8. Estátua de Luiz Cruls e praça São Sebastião
9. Festa do Divino e Folias
10. Casa do artesão
11. Rodoviária de Planaltina
12. Complexo Cultural de Planaltina
13. Estádio Adonir José Guimarães
14. Centro Olímpico
15. Academia comunitária
16. Ginásio de Funções Múltiplas
17. Feira de hortifruti
18. *Skate park* da praça do estudante
19. Biblioteca Monteiro Lobato
20. Centro Interescolar de Línguas (CIL)
21. CEP Saúde (Centro de Ensino Profissionalizante)
22. Escola Classe 01 (primeira escola no DF)
23. Campo de grama sintética da quadra 6
24. Instituto Federal de Brasília (IFB)
25. Biblioteca Carolina Maria de Jesus
26. Pedra Fundamental e Morro do Centenário
27. Via Sacra e morro da Capelinha
28. Vale do Amanhecer
29. Parque dos Pequizeiros
30. Cachoeira do Vale Perdido

Você sempre ouviu que viajar no tempo só existe na ficção, ou que a tecnologia para isso só estará disponível em um futuro muito distante.

Certamente, as pessoas que falam isso nunca tiveram contato com os mecanismos revolucionários da Cultural Heritage Imagination Technology, mais conhecida como Tecnologia C.H.I.! Aqui, na Planaltina TimeTravels 2093™, usamos o que há de mais moderno para colocar você em contato com outros mundos, no passado ou no futuro!

Com a Cultural Heritage Imagination Technology, é possível disseminar o acesso aos tempos passado, presente e futuro sem métodos invasivos! A Tecnologia C.H.I. sintetiza a energia social que circula em torno de patrimônios culturais, criando campos de força que dobram o espaço-tempo e permitem deslocamentos temporais.

Quanto mais conhecido e frequentado é um lugar, mais potente a energia que circula em torno dele – e mais rápida a viagem!

Este mapa é parte da publicação **Em busca da Planaltina perdida**, organizada pelo Iphan e pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em 2025.

COMO VIAJAR NO TEMPO em Planaltina

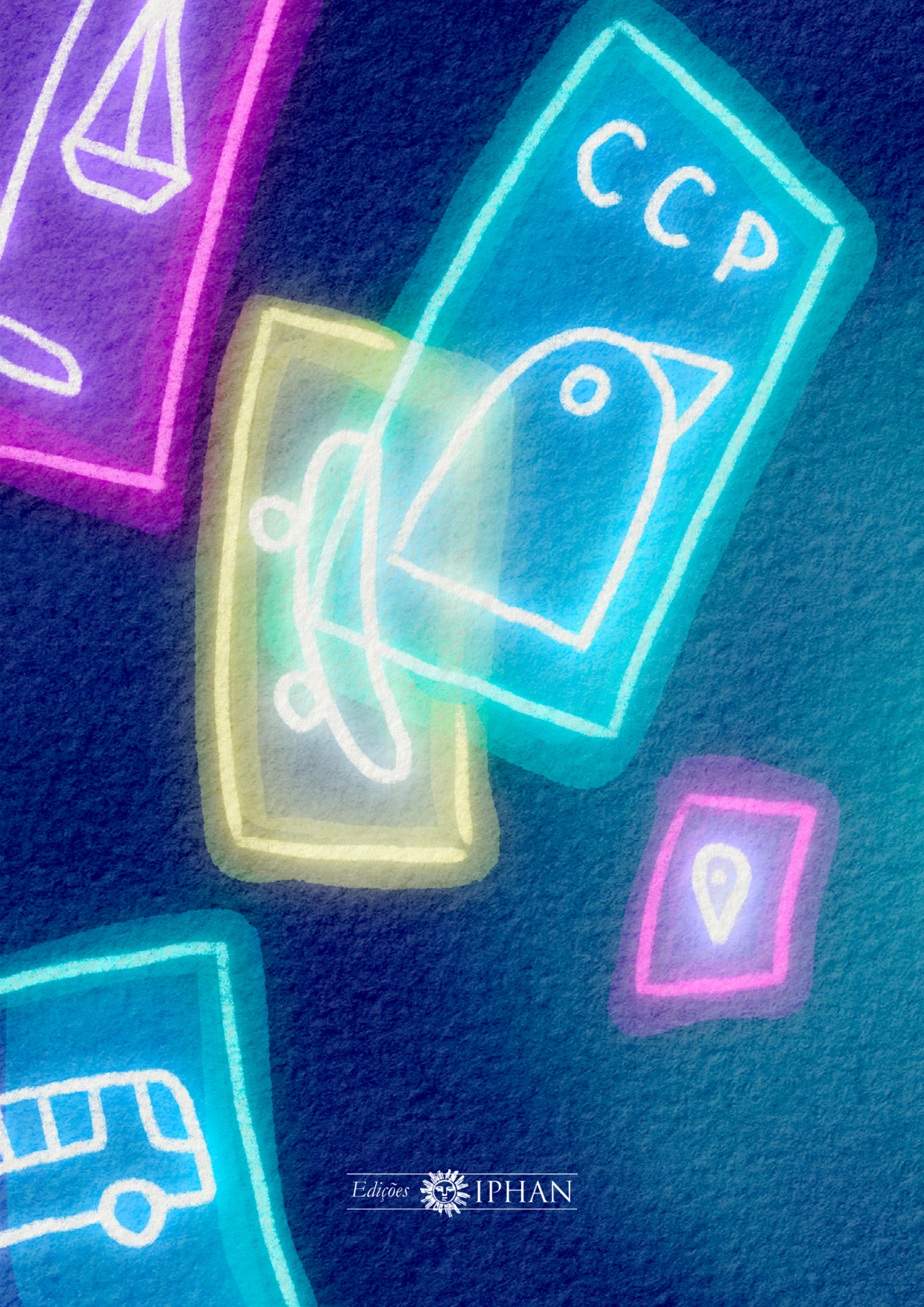
PLATT™
PLANALTINA TIMETRAVELS 2093


ESTAÇÃO ECOLÓGICA
ÁGUAS EMENDADAS
CÓRREGO BREJINHO
E.E.
A.A.
1
LAGOA
BONITA
RIBEIRÃO MESTRE D'ARMAS
FUMAL
CÓRREGO
PARQUE
SUCUPIRA
3
2
4
13
14
15
12
16
11
17
18
19
20
22
23
21
7
5
9
8
10
6
LAGOA
JOAQUIM
MEDEIROS
RIB. MESTRE D'ARMAS
CÓRREGO DO REGO
CÓRREGO DO ATOLEIRO
CORGUINHO
N
MAPA
PLANALTINA
DF
24
27
28
RIO PIPIRIPAU
25
26
29
PARQUE DOS
PEQUIZEIROS
30
CÓRREGO DO MEIO
RIO SÃO BARTOLOMEU
CÓRREGO XV



Este livro foi composto na fonte Overlock, de Darío Manuel Muhafara,
em tamanho 12 e entrelinha de 16pt e PeaxDrawnIcons,
e diagramado no Estúdio Grená, em Planaltina/DF.

INSTITUTO BRB
Secretaria de Educação
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
IPHAN
MINISTÉRIO DA CULTURA



Edições IPHAN